



Duelo A morte assistida é um dos temas fraturantes que regressa à agenda e que continua a dividir opiniões

Maria Antónia Almeida Santos

Deputada do Partido Socialista



Isabel Galriça Neto

Ex-deputada do CDS, médica de Cuidados Paliativos

A LEI DA EUTANÁSIA DEVE SER APROVADA NESTA LEGISLATURA?

SIM Na legislatura passada, o grupo parlamentar do PS não ficou alheio ao debate que se ampliou por toda a sociedade portuguesa, desde o Parlamento até à academia, sobre as condições especiais para a prática de eutanásia não punível.

O debate foi integrado por partidos políticos, de forma aberta à sociedade, com contributos qualificados das diversas áreas relevantes para o tema. Um pouco por todo o país se falou das questões de fim de vida.

A incomodidade do tema não pôde anular o debate em Portugal sobre a possibilidade de interromper o sofrimento sem retorno no ser humano, por doença. São e serão condições especiais, diria mesmo especialíssimas. Uma vida digna tem um espaço de autodeterminação, até por associação ao direito ao livre desenvolvimento da personalidade, tem de pressupor a oportunidade para todos de concretizar o seu próprio potencial, com base no acesso a cuidados de saúde, educação, rendimento e segurança, mas não só. Dignidade implica também a liberdade das decisões sobre a própria vida em circunstâncias muito excecionais. O fim do sofrimento que inviabiliza o potencial da vida não pode ser sempre entendido como despedida ou desistência da mesma.

Convém lembrar que o tema é delicado e que mereceu uma reflexão alargada com o contributo do PS aberto à sociedade. É indissociável de direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa, por isso, ninguém defende um Estado sem limites nesta matéria, trata-se, antes, de permitir a autodefinição da vida concreta de uma pessoa colocada numa situação intransmissível, cujo significado em termos de existência pessoal só pela mesma pode ser definido. Não há por isso razões que impeçam o aprofundamento do debate, se necessário, e a vontade de iniciarmos um processo legislativo sereno, rigoroso e bem intencionado.

Aqui chegados, o tema é incontornável e aí estão iniciativas para serem discutidas, aperfeiçoadas e aprovadas.

Temos, hoje, condições para aprovar medidas legislativas adequadas para dar mais um passo na garantia do princípio da autonomia individual e na afirmação dos direitos dos doentes em fase de fim de vida.

NÃO No debate sobre a eutanásia, que se quer esclarecedor, esbarramos com um conjunto de chavões, com eufemismos, contradições e imprecisões.

Sejam claros: com a eutanásia, a morte não é assistida, é provocada; não acaba com o sofrimento, acaba com a vida do que sofre; a eutanásia não torna a morte mais digna e é a vida que deve ter dignidade até ao fim; não se trata do direito de morrer, trata-se de criar um pretenso direito, que é o de ser morto por outro. A execução de um homicídio a pedido não é um ato médico, como reitera há semanas a Associação Médica Mundial. Não se trata de despenalizar, trata-se de legalizar, mobilizar os meios do Estado ao serviço desta decisão. O debate não é confessional, é sobre direitos humanos, sobre respostas da sociedade moderna aos mais vulneráveis. Ilude-se com a promessa de respeitar a liberdade individual, quando o que se faz é dar mais poder a outro para decidir sobre a vida de terceiros, o que é muito perigoso. Faz-se crer que a lei será para casos excecionais, quando a aplicação das propostas rapidamente leva a conclusões contrárias. Na Holanda, são milhares de casos por ano, mais de 16 mortes por dia, e muitos não estão em fim de vida. E poderíamos continuar.

Imprescindível é reafirmar que o sofrimento destrutivo em fim de vida não é aceitável, é tratável. É desumano considerar que, para acabar com esse sofrimento, se tem que eliminar aquele que sofre. A medicina avança e oferece cuidados de saúde específicos às pessoas com doenças graves e irreversíveis, os cuidados paliativos, e esses sim intervêm ativamente no sofrimento, sem deixarem que se torne insuportável. E divergem claramente da eutanásia, na natureza dos seus objetivos e dos seus meios.

Temos milhares de portugueses, mais de 70%, sem acesso a estes cuidados, um investimento escasso em cuidados paliativos e continuados, muito abaixo da média da OCDE. Parece mais fácil, mais rápido e mais barato fazer uma lei sobre eutanásia que tomar medidas para oferecer mais cuidados de saúde aos mais frágeis.

O debate sério deve intensificar-se, envolver as forças vivas da sociedade, não se reduzindo a curtas reflexões na comunicação social. Estranhamente, na última campanha eleitoral tivemos um silêncio quase total sobre a eutanásia, uma ausência de clarificação de posições que desvirtuou o mandato dos deputados nesta matéria.

Em nome da Dignidade e dos Direitos Humanos, não precisamos da eutanásia.

“Temos condições para dar mais um passo na garantia do princípio da autonomia individual”

“É desumano considerar que, para acabar com esse sofrimento, se tem que eliminar aquele que sofre”